



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Ata n.º 23

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de doze de Novembro, aditamento de dezoito de Novembro e segundo aditamento de vinte e três de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das actas de 08-10-2015 e 14-10-2015; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão do Orçamento 2015, incluindo o Mapa de Pessoal; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2016, incluindo Mapa de Pessoal; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2016/2019; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da adenda ao protocolo de colaboração com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para aquisição de serviços de análises e controlo da qualidade da água das piscinas municipais de Albufeira - Repartição de Encargos; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público - Controlo Analítico Contínuo do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Albufeira - 2016; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis de voz e dados; -----



PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para aquisição de serviços de instalação da linha telefónica com serviço TV+Net+Voz - MEO TOTAL 24; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para execução da empreitada de reabilitação da Praça da República; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas da ocupação da via pública, durante os meses de novembro e dezembro do corrente ano, referente aos locais afetados pela intempérie de 01 de novembro corrente; -----

PONTO DÉCIMO QUINTO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor à G.N.R. de Albufeira, Bombeiros Voluntários de Albufeira, Delegação Marítima de Albufeira, Grupo de Escutas de Albufeira e Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Albufeira); -----

PONTO DÉCIMO SEXTO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor à Câmara Municipal de Albufeira, Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água e funcionários da Câmara Municipal de Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO SÉTIMO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor a todos os voluntários que participaram na limpeza das cheias de Albufeira, do dia 01 de Novembro de 2015; -----

PONTO DÉCIMO OITAVO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários das Várias Corporações do Algarve, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Serviços Municipais de Proteção Civil do Algarve, Marinha, Brigada de Trânsito, EDP, Corpo Nacional de Escutas (Algarve), Juntas de Freguesia do Concelho, e Autarquias do Algarve (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias); -----

PONTO DÉCIMO NONO: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo Partido Socialista - "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde do Algarve"; -----

PONTO VIGÉSIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato de prestação de serviços postais a crédito; -----



PONTO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento do consumo de água, águas residuais e resíduos sólidos aos consumidores afetados pela intempérie de 1 de Novembro de 2015; -----

PONTO VIGÉSIMO SEGUNDO - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de isenção da taxa para atribuição de uma nova licença de táxi; --

PONTO VIGÉSIMO TERCEIRO - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para execução da empreitada de reabilitação do moinho do Cerro do Malpique, engenho e envolvente exterior; -----

PONTO VIGÉSIMO QUARTO - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da realização da despesa com carácter plurianual do concurso público para fornecimento de duas viaturas pesadas de passageiros, uma viatura pesada de mercadorias e uma viatura pesada com equipamento de limpeza de fossas; -----

PONTO VIGÉSIMO QUINTO - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para aluguer extraordinário de iluminação decorativa de Natal na baixa de Albufeira. -----

Antes de se proceder à chamada, o Presidente da Assembleia convidou o membro, Maria Eugénia Xufre Baptista para fazer parte da Mesa e secretariar a reunião, em substituição da Primeira-Secretária. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Helena Maria Palhota Dias Simões (membro suplente PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Secretários das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, de Ferreiras, Duarte Cabrita, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----



Faltas: Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, Ana Alexandra Diogo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Hélder Sousa e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Fernando Gregório. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Ana Oliveira, Ana Pereira, Hélder Sousa e Fernando Gregório foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Helena Simões, Ruben Barulho, Indaleta Cabrita e Duarte Cabrita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Carlos Fernandes: "Antes de darmos início aos trabalhos gostaria de propor que fizéssemos um minuto de silêncio, em memória das vítimas do atentado em Paris." -----
Fez-se um minuto de silêncio. -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passou ao período antes da ordem do dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes: -----

Cândido Reigado leu documento. (Doc. n.º 1, anexo a esta ata) -----

Soraia Rodrigues: "Os membros do VIVA gostariam de uma forma muito sucinta elogiar todos os esforços relativamente à intempérie de um de Novembro, todas as pessoas que lá estiveram de forma profissional e voluntária porque se notou bastante a coesão de todos para tentar reabilitar os estragos. " -----

Domingos Coelho: "Quero reforçar este louvor à Câmara, pela capacidade de resposta mediante a tragédia do passado dia um de Novembro, mas penso que, pela dimensão que a tragédia atingiu, deveríamos ter alguma perspetiva de como chegámos a esta situação. Penso que responsabilidade do anterior executivo, principalmente pelas obras que fez no encanamento da ribeira, onde, contra todos, especialmente contra os organismos regionais da área do ambiente, quis levar para a frente um tipo de projecto que resultou numa dificuldade em casos de cheias, como foi agora, ou seja, por um lado houve um levantamento de toda aquela área, que impediu a capacidade de encaixe, em casos de cheia, depois está previsto no projecto três açudes que não foram realizados, o que mesmo que não impedisse o caso de cheias na baixa poderia ter minimizado fortemente essa situação. Quando falo no anterior executivo falo no Presidente, que



conduziu todo este processo, e, ainda por cima, houve casos em que alguns técnicos alertaram para determinadas situações e a esses técnicos foi-lhes apontado o dedo quando não pretendiam mais do que defender os interesses do concelho. Ao atual executivo já foi realçada a capacidade de resposta e temos que louvar essa situação. Coloca-se é a questão da actuação da Protecção Civil, ou seja, quando havia alerta vermelho, à meia-noite de sábado, a protecção civil local penso que descuidou um pouco da ação da Protecção Civil Regional, quem está no terreno, penso que tem outra responsabilidade. Penso que, com uma ou duas horas de antecedência, os estragos que existiram podiam ter sido minimizados. Será que a Protecção Civil avisou os comerciantes da baixa face às informações que tinha, ou que deveria ter? A cheia não foi só a cheia da bacia da ribeira de Albufeira: ao meio dia a Avenida da Liberdade tinha água de lancil a lancil com água limpa, que era uma cheia urbana, logo aqui a infraestrutura da cidade não respondeu a uma cheia urbana; e depois, às quinze horas, é que veio a cheia da bacia da ribeira de Albufeira. Coloca-se a questão: se a Protecção Civil acionou mecanismos, por exemplo, se as comportas foram subidas ou descidas? A outra questão é a limpeza: se foi feita ou não - da ribeira, das sarjetas, e especialmente, da boca do túnel? Eu estive lá, na hora máxima da cheia, e a boca do túnel tem um gradeamento e, pelo que vi, não foi aberto. Foi a cheia que abriu e, na altura em que lá estive, estava quase entupido e não permitia a saída fluída da cheia. Para uma tragédia de quinze milhões de prejuízos, pelo que ouvi, são cerca de vinte por cento do orçamento da Câmara e é mais de cinquenta por cento do investimento do Polis. É uma situação que nos deve fazer refletir porque há cerca de sete ou oito anos houve uma cheia na baixa, não com estas consequências, mas já nos alertava para o que poderia voltar a acontecer e temos de aprender com o passado. Já foram feitos alguns estudos e vamos lá ver até que ponto, mais uma vez, não fazemos só a superfície e, depois, o que fica lá por baixo, as infra estruturas, não tem capacidade de resposta, como se viu. Nem capacidade de resposta para uma chuvada urbana nem para a cheia da bacia. É de lamentar que, com a intervenção da Polis, foi uma oportunidade para fazer "N" situações de que Albufeira carecia, e viemos a confirmar que, em dois mil e oito, nada estava resolvido, sete anos depois, igualmente, nada está resolvido. Nunca Albufeira assistiu a uma tragédia destas em termos de prejuízo e a questão é: o que é que se pensa fazer?" -----

Mário Gaspar: "O grupo VIVA gostava de deixar algumas perguntas para serem respondidas pelo Presidente. No ponto de vista das acessibilidades de Albufeira, estas



têm vindo a ser desprezadas nos últimos anos pela Administração Central. Exemplos muito concretos são a ausência de qualquer intervenção na EN 125, com graves danos a nível de sinistralidade. Que diligências foram tomadas pelo executivo para colmatar tal situação, junto do Governo e do Instituto de Estradas de Portugal? Noutra frente, a suspensão das obras na entrada de Albufeira à nova ligação à Via do Infante, já com largo investimento realizado, constitui, atualmente, um passivo ambiental que ninguém avaliou. Estudam-se impactos na concretização de obras e nós perguntamos: e o impacto da sua não concretização? Mais uma vez, que diligências foram ou serão tomadas para reverter a situação criada e proporcionar uma ligação à altura dos movimentos pendulares registados no nó de Albufeira, que crescem nos meses de verão. Num outro âmbito, do actual orçamento participativo, o grupo VIVA gostaria de questionar em que ponto se encontra o centro de bem-estar animal? Dadas as características particulares deste processo, no nosso entender, dever-se-ia dar total prioridade, mostrando assim à população que efectivamente a sua participação e opinião contam.” -----

Carlos Santos: “É fácil chegar, numa altura destas, e disparar em todas as direcções, e dizer que o Polis e o anterior executivo têm culpa da tragédia que aconteceu em Albufeira. Eu não comungo dessa ideia. E não comungo porque é preciso, também, e como já foi referido, ir um pouco atrás, quando não havia Pólis e houve cheias em Albufeira. Daquilo que consultei nessa altura, não me lembro de haver testemunhos escritos ou falados que na rotunda das Ferreiras se andava com água pela cintura, não me lembro de ter visto isso. O que efectivamente aconteceu, sendo uma tragédia, é que houve uma precipitação quase localizada neste concelho, e em Loulé, na ordem dos cento e vinte mililitros por metro quadrado, num curto espaço de tempo. Com ou sem obras do Pólis não acredito, e face ao que vi, porque também andei no terreno e também sou uma das vítimas, porque perdi duas lojas, que se podia ter minimizado se houvesse antes o tal aviso por parte da protecção Civil, aí comungo dessa ideia. O mais importante, a partir de agora, e esta é a primeira Assembleia após a tragédia, é uma reflexão profunda, quiçá se a Assembleia o entender, dentro de uma comissão ou dentro daquilo que a Câmara Municipal entender por bem, numa participação real, efectiva, e no sentido de ajudar a que este problema, que poderá acontecer para a semana ou daqui a um mês. Porque o que, efectivamente, está feito é simples: limpou-se e está-se a recuperar. Mas as condições têm de ser melhoradas e têm de ser estudadas. De qualquer das maneiras, penso que o mais importante, neste momento, é



olhar para a frente, tentando minimizar o problema e não disparar e apontar, porque isso é a parte mais fácil.” -----

Francisco Oliveira: “Relativamente à questão das cheias, tenho uma opinião um pouco mais pessoal. Falando com alguns técnicos, estas questões são pouco fáceis de responsabilizar mas olhando um pouco para a história de Albufeira, consultando alguns registos, verificamos que, ao longo do anterior século, e neste século, houve uma série de cheias em Albufeira. A verdade é que não havia Pólis, não havia construção, não havia aproveitamento urbanístico e essas cheias, efetivamente, aconteceram. Uma das questões que sempre se levantou é que o terreno da zona de Albufeira é um terreno argiloso, é um terreno que não é permeável. Portanto, permite que as águas não se infiltrem e que, eventualmente, venham para esta bacia, que sempre foi uma bacia com uma ribeira. É engraçado verificar que, fazendo esta análise, eu sempre ouvi falar que o cemitério de Albufeira tinha um problema grave, que era, ao fim dos anos normais, não consumia os corpos porque a terra era de tal maneira argilosa que não permitia que os corpos fossem consumidos, e isso é demonstrativo do tipo de solo que nós temos aqui em Albufeira. Segundo esses técnicos, os projectos já estariam estudados e penso que o Secretário de Estado do Ambiente, que esteve cá, teria referido isso. Referiu que já tinha havido estudos nesse sentido, na possível construção de dois ou três açudes que permitiriam a retenção dessas águas para que, caso houvesse cheias ou situações deste género, elas não viessem a ocorrer. Acho que, ocorrida toda esta intempérie há que tirar, efetivamente, as elações. Não querendo fazer política mas a verdade é que este tipo de obra não é uma obra que seja visível, é uma obra cara, dispendiosa, complexa e, na verdade, não é propriamente a obra que muitas vezes seja visível, mas é fundamental. Noutras circunstâncias, este tipo de obras foram efetuadas e deram os seus frutos. Naturalmente que, mesmo existindo estas obras, talvez tivesse havido cheias, talvez se tivesse verificado alguns danos mas poderiam ser realmente amenizados. Penso que a lição a tirar daqui é exatamente esta: é que depois de verificada a situação que se verificou, há que realmente pensar em executar esses projetos ou pensar em minimizar os danos que possam vir a acontecer no futuro, para que intempéries deste género, a acontecer, não tenham os prejuízos que vieram a ocorrer. Nesse sentido propunha à Câmara Municipal, caso tenha na sua pose esses projectos, que eventualmente os possa meter em prática, caso haja disponibilidade económica para o efeito, caso não os tenha, que consulte a ARH, ou os departamentos que os tenham na sua pose, e que, sendo obras de grande montante, pensem realmente



em colocá-los em execução, de forma a evitar, para o futuro, este tipo de problemas, que a todos nós nos afeta, não só aos comerciantes, que tiveram os problemas que tiveram, mas a toda a população que sofrerá com este tipo de situações, nomeadamente, quem vive do turismo e que, com todas estas circunstâncias, naturalmente que terá os seus prejuízos. Muito honestamente a ideia não é culpar ou responsabilizar A, B, C ou D, é aprender, infelizmente com estas situações, é verificar que não estamos livres delas acontecerem mas há formas de poder evitá-las e poder minimizar esses mesmos estragos. Nesse sentido, alertar o executivo da Câmara Municipal para poder, junto das entidades competentes, proceder à execução dos planos e projectos que possam minimizar esses estragos. " -----

Francisco Guerreiro: "A minha questão é sobre uma demolição que existe, e que já devia ter sido feita, na aldeia dos Matos. Espero que não aconteça nenhuma situação grave, com estas chuvas. A Câmara ficou de fazer aquela demolição há anos e até ao momento "zero". Se morrer alguém debaixo daqueles escombros a Câmara deverá ter alguma responsabilidade porque assumiu a demolição. O senhor que me levantou a questão, já por várias vezes, entregou-me o documento que fez à Câmara Municipal e a resposta da Câmara, isto já lá vão alguns anos." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à primeira intervenção, penso que não é um bom caminho, neste momento, tentar encontrar culpados sobre o que foi lançado em relação ao executivo anterior e ao Pólis. Eu não acompanhei isso mas ouvi vários técnicos municipais queixarem-se que o projeto era do Pólis e quem determinava, não só os projectos, como a sua execução era o Pólis e não a Câmara. Há que lembrar que o Pólis veio antes do executivo anterior a que se referiu o professor Domingos. Tivemos reuniões com os técnicos municipais, com os técnicos regionais e nacionais da área do ambiente e houve unanimidade em que o que aconteceu não era evitável pela acção humana. Fui com várias pessoas visitar o caneiro e o caneiro foi completamente excedido na sua capacidade. Entrámos ao pé das bombas da Repsol e fomos sair ao pé do Hotel Sol e Mar. Como prova do que acabei de dizer, vimos que as lâmpadas do tecto estavam cheias de água com lama, o que significa que a capacidade de escoamento foi excedida, senão não chegava ao teto. Houve aí muita conversa, houve questões de projetos que existem e que não foram executados. Que eu conheça, projetos não há, há ideias, mas projectos não. Há ideias em relação a outras formas de intervenção urbana que se possam fazer, de alternativos escoamentos de água. Vai ser tudo estudado com calma e ponderação. Neste momento é uma área muito importante



para este concelho, atendendo à gravidade do que aconteceu, e a Assembleia será conhecedora de tudo o que se vai fazer nessa matéria. No caso das Ferreiras, não houve qualquer intervenção Pólis e em certos lugares a água atingiu dois metros de altura. A violência com que ela entrou, por exemplo, no campo sintético das Ferreiras, demonstra bem a violência da água, é imparável. Infelizmente foi imparável, e felizmente, é de realçar, que não houve vítimas, e isso é o mais importante. Houve ação humana para salvamentos que foram muito importantes e temos que reconhecer e louvar a intervenção que foi feita. A Câmara está a fazer uma recolha de informações para saber o valor dos danos privados. Em relação aos danos públicos, aparentemente, é inferior ao que parecia no início. Já estão a ser feitas várias intervenções em vários locais. Não será por falta de dinheiro que não as vamos fazer. Temos um fundo que está disponível para depois podermos ir buscar alguma comparticipação para a despesa. Em relação à intervenção do Mário Gaspar, quanto às diligências na EN125, tentámos, na zona da Guia, uma intervenção, numa zona onde se verificam muitos acidentes. Não consideraram que fosse uma zona negra mas penso que ficou lá para equacionarem uma intervenção. Quanto às obras suspensas, tentei de todas as formas: tentei com as Estradas de Portugal, com o Primeiro-ministro, além de ofícios, fiz a entrega de *dossiers*, argumentei que o principal já estava feito. Entendo que seja um ato de má gestão se não acabarem aquele troço de ligação. Já reclamei mas não depende de nós, e o resultado não foi visível. Um dos argumentos usados foi que, em certos dias de verão, temos ali um congestionamento terrível de tráfego - é, de facto, uma obra necessária para Albufeira. Quanto ao centro de bem-estar animal, tem toda a razão. Não é só o deputado municipal que sente isso, eu também sinto isso, os vereadores também sentem isso, penso que todos nós sentimos isso e estamos a pressionar o mais possível, no sentido de acabarem com o projecto, porque o que falta é o projecto para ser lançada a obra final. É uma obra que entendo que é prioritária e espero que dentro em breve esteja pronto para avançar. Em relação à intervenção do Carlos Santos, concordo com o que disse. Já respondi à questão de implementar os projetos. A intervenção do Dr. Francisco Oliveira também é nesse sentido e quanto à intervenção do Francisco Guerreiro, de facto, esta obra é para ser demolida. Esteve nos últimos tempos parado nos serviços, mas há dois dias fui buscar este processo para analisar e havia uma questão que se colocou, e que atrasou o processo, e que tinha a ver com a propriedade do prédio em causa. Porque, inicialmente, pensava-se que pertencia só a uma pessoa. Entretanto descobriu-se que, afinal, não pertencia só a uma pessoa e tem



de haver sempre procedimentos legais. Neste momento já temos todos os documentos e vamos avançar com isso.”-----

Domingos Coelho: “Ainda a propósito do Polis e o problema do escoamento da água. Eu participei em algumas reuniões preparatórias do Polis e o senhor Cândido Coelho levantou a questão do túnel do caneiro e os responsáveis pelo Polis ficaram um pouco, digamos, de boca aberta com o porquê de ele colocar aquela questão e o senhor dizia que aquela seria a obra que poderia salvar Albufeira de uma cheia e esse aspecto foi sempre minimizado, ou seja, estava garantido o escoamento da água da ribeira de Albufeira através daquele túnel. O túnel foi feito da praia até onde é a estação dos autocarros, em quarenta e nove, e esse estudo dizia que a capacidade de escoamento desse túnel estaria esgotada no fim do século, com a previsão de crescimento de Albufeira em cerca de quarenta por cento - Albufeira cresceu cinco vezes mais. No âmbito do programa Polis, o túnel foi reforçado, mas tirou-lhe capacidade de escoamento. O gradeamento que está visível na praia, se não estivessem lá os portões que lá estão, a capacidade da água seria muito maior. Tem lá uma grelha que estava entupida com ramos na altura em que a água chegou com força e impedia a capacidade de escoamento. Tanto quanto sei, na fase final da negociação da Câmara com as entidades regionais do ambiente, já estava prevista a construção dos açudes a montante.”-----

Presidente da Câmara: “Eu fui ver o túnel, estive à saída do túnel e não vi um ramo de árvore dentro do túnel, nem na praia, estava completamente limpo dentro do túnel. Significa que o gradeamento estar fechado à entrada serviu de alguma coisa.” -----

José Pimenta: “Em relação a esta intempérie que aconteceu, penso que o importante, neste momento, é olharmos para a frente, tirarmos ilações em relação ao que se passou, mas, de qualquer maneira, não devemos deixar de analisar algumas situações que penso que poderiam minimizar a situação. Penso que estaremos todos de acordo que a situação no ribeiro, que neste momento já está a ser limpo, penso que houve um descuido da parte do município. No meu ponto de vista, o que aconteceu faria sempre com que houvesse cheia em Albufeira, mas possivelmente seria minimizada se a ribeira estivesse mais limpa. Gostaria de chamar a atenção em relação à limpeza, por exemplo em frente à GNR. Deveria haver uma maior fiscalização em relação aos serviços de limpeza que existem porque a limpeza da folhagem das árvores não está a ser efectuada todos os dias, e, logo que haja uma pequena chovada, em frente à GNR fica



sempre tudo entupido. No meu ponto de vista a Câmara deveria fazer uma maior fiscalização aos serviços da Ecoambiente.” -----

Presidente Assembleia: “Em relação ao que se passou no dia um de Novembro, gostaria de congratular os funcionários da autarquia em geral, com a população em geral, porque, de facto, foi um momento de extraordinária colaboração e integração num espírito de comunidade. Gostaria de lembrar que o programa Polis foi aprovado nesta Assembleia Municipal, alguns de nós estávamos presentes, participámos nos trabalhos, podemos perceber que, em determinada parte, o programa Polis era estranho à vontade dos próprios técnicos da Câmara, ao próprio executivo. Tivemos imensas sessões de trabalho, onde se levantaram críticas, propostas. As normativas eram governamentais e, portanto, pouco ou nada aqui poderíamos fazer: era aprovar ou não aprovar, era aproveitar o dinheiro ou não aproveitar. Há uns anos tivemos, de facto, uma cheia, se não estou em erro, houve um relatório do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) que veio cá e o resultado desse relatório foi de considerar suficiente para uma pluviosidade normal. E todos nós estamos de acordo que foi anormal o sucedido. Se poderemos evitar no futuro, é facto que há coisas que não podemos controlar. Tivemos cheias no ano passado em Lisboa, não houve possibilidade de controlo, tivemos na Madeira, infelizmente com perdas de vidas humanas. Aqui, felizmente, face à intervenção rápida da G.N.R., dos Bombeiros e de todos os intervenientes no que diz respeito à Câmara Municipal, conseguiu-se evitar isso e tivemos única e exclusivamente perdas de bens materiais. Quanto a isso nada podemos fazer mas podemos dar agora com a divina graça que as vidas humanas foram salvaguardadas neste aspecto. Todos nós podemos levantar o dedo a toda a gente. O meu pai sempre me ensinou que, quando alguma coisa corre mal, arranjamos sempre um culpado mas mais importante que isso é arranjar soluções. Portanto, quando as há e se houver, estou convencido que nós, nesta Câmara, iremos ser parte contributiva nessa solução, com a análise e discussão, com sentido de responsabilidade para que cumpramos aquilo que é a nossa função de fiscalizadores da acção do executivo. Queria congratular Albufeira, no sentido geral, porque na passada legislatura tivemos um deputado por Albufeira, o nosso actual Presidente da Câmara Municipal, hoje temos um deputado, também de Albufeira, o Dr.º Fernando Anastácio, e acho que é de louvar que Albufeira tenha continuidade no Parlamento, com um deputado na defesa dos interesses do Algarve em geral e de Albufeira em particular. Gostava de lhe deixar os votos de bom trabalho, de sucesso na Assembleia.” -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à informação do Presidente, só gostaria de realçar um facto que tem a ver com a situação financeira e o saldo, relativamente ao município. Com esta informação, e de acordo com o resumo diário da tesouraria, dia doze de Novembro, os saldos de caixa são em operações orçamentais um valor de trinta e nove milhões duzentos e setenta e sete mil quinhentos e vinte e um ponto noventa e oito cêntimos. Quer isto dizer que, realmente, o município de Albufeira, em doze de Novembro tem um valor de cerca de quase quarenta milhões de euros, não tendo ainda em consideração os valores a receber no final deste mês, relativos ao IMI. O município de Albufeira terá no final deste ano um valor próximo de cerca de cinquenta milhões de euros de caixa. Não sei exactamente quais serão as despesas, mas o valor a receber do IMI será um valor considerável no final do corrente mês de Novembro." -----

José Pimenta: "Há um protocolo com a associação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira de trezentos mil euros: gostaria de saber se este protocolo é anual. Depois, a taxa municipal de Protecção Civil de quinhentos e vinte e cinco mil euros: gostaria de saber se este valor vai por inteiro para os Bombeiros, ou seja, se neste momento a associação dos Bombeiros Voluntários está a receber da Câmara oitocentos e vinte e cinco mil euros."-----

Presidente da Câmara: "Vou responder mas com a salvaguarda de poder haver alguma falha. O dinheiro da taxa de Protecção Civil, de facto, está a ser canalizado para os Bombeiros. Houve um valor adicional, este ano, face a umas despesas que os Bombeiros tinham. Portanto, houve um reforço com verbas municipais para os Bombeiro. Recordo-me que foi uma viatura de combate a incêndios, foram algumas intervenções que



tinham de fazer ao nível da própria sede. Houve, portanto, um protocolo adicional em relação ao que é a verba da taxa municipal de Protecção Civil.” -----

José Pimenta: “ Nesse caso os trezentos mil euros é adicional?” -----

Presidente da Câmara: “Sim é adicional.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das actas de 08-10-2015 e 14-10-2015;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as actas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 08-10-2015: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04): Eugénia Baptista, Helena Simões, Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a Favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 14-10-2015: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05): Domingos Coelho, Helena Simões, Luís Afonso, Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a Favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A acta foi aprovada por maioria. -----
O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto do ponto três e ponto quatro, e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS E PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes;-----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão do Orçamento 2015, incluindo o Mapa de Pessoal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a estes dois pontos, a posição do Partido Socialista é no sentido de votar favoravelmente, tendo em consideração que esta alteração, quer da revisão do plano, quer da quarta revisão do orçamento, inclui algumas das propostas que o Partido Socialista tinha feito, no sentido de serem adjudicadas algumas verbas a rubricas que o partido Socialista já tinha solicitado." -----

José Pimenta: "Gostaria que o Presidente desse alguma informação de um valor que temos aqui de dezoito mil euros de pessoal contratado. Quer isto dizer que vai haver pessoal contratado, por volta de dezoito assistentes operacionais? Depois diz aqui "aquisição de habitação" no valor de duzentos e cinquenta mil euros, gostaria que me lucidassem em relação a este ponto." -----

Presidente da Câmara: "Sim, vão ser contratados dezoito assistentes. Quanto à habitação, é um prédio nas Ferreiras que tinha um pequeno centro comercial por baixo e tem umas unidades de habitação no primeiro andar. Nós temos falta de habitação social e procedeu-se à avaliação do prédio. Está contido dentro desses valores o valor da reparação. A ideia é adquirir o prédio para habitação social." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO TRÊS: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário



Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto do ponto cinco e ponto seis, e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUINTO E PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2016, incluindo Mapa de Pessoal; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2016/2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a estes dois pontos, irei retomar a intervenção que fiz há pouco. Relativamente à informação do Presidente e, de facto, tendo em consideração que o município começa a ter alguns fundos de maneio e alguma capacidade económica, continuamos a não entender a razão pela qual continua a não existir vontade política no sentido da delegação de competências nas Juntas de Freguesia. O Presidente continua a manter a posição irredutível de não avançar para a delegação de competências. Verificamos que, apesar de neste orçamento haver já algumas rubricas que são atribuídas às freguesias para reparação de estradas e para



algumas obras, entendemos que seria fundamental esse centralismo ser alterado e haver efetivamente a delegação de competências. É nesse sentido que o Partido Socialista irá abster-se neste orçamento e nas grandes opções do plano porque, mais uma vez, referimos aqui a necessidade que as freguesias tenham delegações de competências e possam, por si só, resolver alguns problemas das populações. Entendemos ser relevante que algumas das questões que as freguesias possam ter colocado possam eventualmente estar além daquilo que seja a capacidade da Câmara Municipal, mas nada que não possa ser resolvido por negociação e por encontro de vontade. E, mais uma vez, reafirmamos aqui a nossa posição que esse centralismo deverá ser eliminado e que a delegação de competências deverá ser retomada e que o Presidente, que é a única entidade que o pode fazer, deverá optar efectivamente por uma outra posição política nesse sentido." -----

José Pimenta: "Dada a folga que existe por parte da Câmara, pensamos que, no caso do IMI, poderíamos ir mais além, até zero ponto trinta por cento. A taxa de participações achamos que irá ser menos uma receita e, por outro lado, a taxa de participação do IRS, achamos que estes valores não vão beneficiar as famílias com menores rendimentos, pensamos que deveria ser mais equitativa. Por exemplo, uma família que não tem casa própria, tem casa alugada, tem dois filhos, vive com baixos rendimentos, uma família com médios ou altos rendimentos beneficiará sempre com o que foi feito com o IMI e com o IRS, e o que é certo é que as famílias mais carenciadas não são nada beneficiadas. Penso que poderiam ter uma ajuda na renda da casa, ajuda com bolsas de estudo, há também o caso dos livros escolares. E depois temos também a situação da faturação da água. Somos o concelho que temos a faturação da água mais cara e verificamos que não está nos planos do executivo baixar a água. Já se falou da delegação de competências e também penso que deveriam fazer essa delegação de competências para as juntas de freguesia. Depois há uma situação que estamos contra: os contratos de serviços com as empresas. Achamos que a melhor gestão será sempre da parte da Câmara e nunca da parte dos privados. No nosso ponto de vista, é uma melhor gestão e um melhor serviço e é mais barato. Quanto à habitação social, achamos que há um problema com a Faceal que é a habitabilidade daquelas famílias: as casas estão em péssimas condições, há o problema da compra da Faceal mas também há o problema com aquelas famílias que vivem naquelas habitações e, mais tarde ou mais cedo, a Câmara tem de tratar desse assunto. Algumas recomendações que a CDU propôs aqui, durante este ano, e praticamente pouco ou nada foi feito." -----



Presidente da Câmara: "Em relação à delegação de competências, a operação foi feita no sentido de uma distribuição dos valores a entregar para poder ser em pleno das suas competências. Penso que o que o Dr. Francisco Oliveira queria dizer era que deveria haver mais valor, penso que seja isso. E não há nenhuma intransigência minha em relação a essa matéria, aliás, nunca houve. Tenho estado sempre aberto para que possa haver uma notificação para conversarmos sobre essa matéria. Tudo aquilo que resulta já dessa delegação de competências, que terá depois de ser objecto de contratação, que já está aí plasmado, foi objecto, precisamente, daquilo que nos foi comunicado. O poder local é precisamente a desconcentração em relação ao poder central, nós estamos tão próximos da população como qualquer freguesia. Naturalmente, as freguesias têm mais aptidões para o exercício de determinadas funções e aceitamos esse princípio, e estamos abertos, como sempre estivemos, para que isso possa acontecer. Quanto à intervenção do senhor Pimenta, eu não concordo nada com o que referiu em relação ao IRS. Até me surpreendeu e na altura manifestei que o PCP estivesse contra um alívio da carga de IRS. Quanto às questões dos trabalhadores com o ordenado mínimo e que têm renda de casa, nós temos um programa de apoio ao arrendamento. Tem havido alguns casos de recusa mas é por não preencherem os requisitos, mas até agora não conheço nenhum caso que preenchesse os requisitos e que não tivesse tido o direito ao apoio ao arrendamento. Quanto aos livros escolares é igual. Também há um apoio para as crianças desfavorecidas que não tenham a possibilidade comprar os seus livros. Nenhuma criança neste concelho há-de ficar sem livros por não ter capacidade económica para comprar os livros, também há um programa nesse sentido. Quanto à Faceal também estou preocupado com a Faceal. Já foi requerido ao tribunal que apreciasse o processo de insolvência. Existe um administrador de falência que tem a capacidade de administrar aquilo que é a massa falida e nós, neste momento, temos apenas uma posição meramente obrigacional em relação aquele património. Gostaria que se resolvesse até ao final do ano porque temos capacidade financeira para adquirir a Faceal mas não depende só da nossa vontade, depende, neste momento, da vontade do Juiz da Comarca de Olhão. Temos várias ideias em relação à Faceal, um projecto que seria muito interessante para Paderne, que envolve a criação de uma escola, essencialmente vocacionada para o mar, que, a ser implementada, traria para ali mais vida, com vários estudantes. Seriam cursos de carácter profissional para uma série de áreas, seria uma atracção regional e até a nível



nacional para jovens estudantes. Neste momento já fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que tal possa acontecer.”-----

José Pimenta: “À taxa zero, quem é que beneficia com o IRS? Claro que são os trabalhadores, um administrador de um banco também é um trabalhador, assim como uma pessoa que ganha quinhentos euros por mês. O que é certo é que com o IRS as pessoas que ganham quinhentos euros não beneficiam nada, quem beneficia são as pessoas com altos rendimentos. Quanto mais rendimento tiver a pessoa mais o IRS a beneficia. No nosso ponto de vista, deveria ser a Câmara a fazer essa gestão desse dinheiro do IRS porque esse dinheiro ao não ficar na Câmara vai para quem tem altos rendimentos, não vai para quem ganha quinhentos ou seiscentos euros.” -----

Adriano Ferrão: “Queria felicitar a Câmara pelo cariz social que coloca neste orçamento para dois mil e dezasseis. Olhando para o conjunto, vemos claramente que esse carácter social está bem patente, está virado para a educação, para a construção de lares, centros de dia, em benefício direto das populações e das grandes lacunas que se registam e que assim se conseguem colmatar. Por outro lado, um benefício que é essencial, dado o estado de degradação a que chegaram as nossas vias públicas, a rede municipal de estradas também vai ser repavimentada, o que a maior parte da população vai sentir com agrado. O setor das águas e saneamento, todas essas infra-estruturas também necessitam de ser requalificadas para o movimento que tem. Por isso acho que está aqui um plano social e uma orçamentação adequada, que é de felicitar, quando acabamos de terminar quatro anos de algumas dificuldades que ainda não passaram. Em termos municipais, isto só foi possível porque o executivo conseguiu pagar o PAEL e só assim existe dinheiro remanescente junto daquilo que pode ser orçamentado. “ -----

Rui Bernardo: “Em relação ao senhor Pimenta, já é a segunda vez que mostra desconforto por esta isenção da taxa de IRS. Então propunha que o senhor Pimenta propusesse à mesa uma proposta de aumento da taxa de IRS.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUINTO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado, José pimenta. -----

Abstencões: dez (10): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben Barulho, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas.-----



Votos a Favor: treze (13): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO SEXTO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado, José pimenta. -----

Abstenções: dez (10): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben Barulho, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas.-----

Votos a Favor: treze (13): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Cândido Reigado apresentou e leu declaração de voto. (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

Ivânia Mascarenhas apresentou e leu declaração de voto. (Doc. 3, anexo a esta ata) ---

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da adenda ao protocolo de colaboração com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço,



Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para aquisição de serviços de análises e controlo da qualidade da água das piscinas municipais de Albufeira - Repartição de Encargos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público - Controlo Analítico Contínuo do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Albufeira - 2016; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço,



Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis de voz e dados; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para aquisição de serviços de instalação da linha telefónica com serviço TV+Net+Voz - MEO TOTAL 24; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para execução da empreitada de reabilitação da Praça da República; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Queria louvar o executivo da Câmara por trazer esta proposta. A pergunta que faço é: porquê só agora? Os projetos são de dois mil e sete." -----

Presidente da Câmara: "Não tenho nada a dizer." -----

Domingos Coelho: "Esta proposta surgiu há dois executivos atrás, provavelmente por falta de verbas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Fernandes: "Após leitura do ponto treze e ponto catorze, fiquei com ideia que o ponto catorze, pela redacção que tinha, cabia dentro do ponto treze. Queria também deixar uma nota de reconhecimento, uma vez que estas medidas são sempre bem-vindas junto da população, pela forma como conduziu a situação das cheias, de como coordenou os trabalhos e de como articulou com as instituições a minimização dos problemas. Sendo uma medida justa, a Câmara Municipal deveria ir mais além, uma vez que é uma ferramenta que pode decidir sobre ela, em vez de ser só referente a estes meses, eventualmente estender esta medida até Junho." -----

Mário Gaspar: "Relativamente a este ponto o grupo VIVA apoia, mas também consideramos que os estabelecimentos que estão abertos o ano inteiro deveriam ter um tratamento diferente por parte da autarquia, já que, esses sim, atenuam a sazonalidade do município, e um tratamento diferente neste caso reflecte-se num acto de justiça, até porque outro considerando da proposta é o combate à sazonalidade em Albufeira. Damos um exemplo: a isenção de um mês durante o verão. Achamos que seria um prémio justo aos estabelecimentos que mantêm portas abertas a quem nos visita em pleno inverno. " -----

José Pimenta: "Em dois mil e treze foi feito o pedido do PAEL, que tivemos as taxas máximas do IMI, IRS, direitos de passagem e derrama até dois mil e quinze. Em relação a estas taxas, que são referentes a Novembro e Dezembro, está dentro da legalidade?" -----

Presidente da Câmara: "Em dois mil e quinze cobra-se as taxas referentes a dois mil e catorze. Em relação a este ponto, é uma operação imediata, é uma decisão que vai ter efeitos a partir de agora. Como neste momento já não estamos sujeitos ao PAEL, e às suas regras, não vejo aqui qualquer vestígio de ilegalidade, desde que a Assembleia delibere nesse sentido." -----



Presidente da Assembleia: "Não se esqueça que este tipo de taxas nós podemos alterar quando quisermos, as outras têm momentos específicos de alteração e que se repercute no ano fiscal seguinte - é o caso do IMI. Se quisermos, hoje, alterar o IMI, ainda podíamos, dá até dia trinta, depois disso já não podíamos, teríamos de aguardar outra vez até Novembro do próximo ano. Estas não, estas são taxas de alteração imediata." -----

Carlos Santos: "Esta situação das taxas não é nova, já aconteceu há três anos, antes da situação do PAEL, e face aos prejuízos que muitos comerciantes tiveram, na baixa de Albufeira, sugeria que se esticasse por mais um mês. Não iria tão longe quanto o Carlos Fernandes, como disse, até Junho, mas pelo menos o primeiro trimestre de dois mil e dezasseis. Deixava aqui a sugestão." -----

Presidente da Câmara: "Quanto ao que foi dito em relação a premiar os estabelecimentos que estão abertos o ano todo, já ando a equacionar isso e, neste momento, isso está a ser estudado. A verdade é que, pelo facto de estarem abertos todo o ano, há estabelecimentos que nestes meses estão abertos com prejuízo, enquanto que outros optam por fechar no período em que a exploração é negativa. Já ando a estudar esta questão, de premiar os que estão abertos nesta fase, e também penso que deve haver essa discriminação positiva." -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas da ocupação da via pública, durante os meses de novembro e



dezembro do corrente ano, referente aos locais afetados pela intempérie de 01 de novembro corrente; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto dos pontos décimo quinto, décimo sexto, décimo sétimo, e décimo oitavo, e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO QUINTO

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor à G.N.R. de Albufeira, Bombeiros Voluntários de Albufeira, Delegação Marítima de Albufeira, Grupo de Escutas de Albufeira e Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO SEXTO

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor à Câmara Municipal de Albufeira, Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e funcionários da Câmara Municipal de Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO SÉTIMO

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor a todos os voluntários que participaram na limpeza das cheias de Albufeira, do dia 01 de Novembro de 2015;-----

PONTO DÉCIMO OITAVO



Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo PSD sobre um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários das Várias Corporações do Algarve, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Serviços Municipais de Proteção Civil do Algarve, Marinha, Brigada de Trânsito, EDP, Corpo Nacional de Escutas (Algarve), Juntas de Freguesia do Concelho, e Autarquias do Algarve (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias); -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes: -----

Indaleta Cabrita: "No ponto dezasseis, o PSD tem uma proposta de alteração." (Doc. n.º 4, anexo a esta ata)-----

Francisco Oliveira: "Este é o momento para nos congratularmos pela solidariedade manifestada não só pelos cidadãos de Albufeira, por todos os cidadãos do Algarve, e pelo que tomei conhecimento alguns cidadãos estrangeiros viajaram até Portugal única e exclusivamente para ajudar na cidade de Albufeira, para ajudar todos aqueles que tiveram problemas com esta intempérie, que ficaram com os seus comércios completamente afetados e, portanto, o Partido Socialista, e penso que falo por todos os deputados, independentemente de as moções terem vindo de qualquer força política, neste caso concreto a solidariedade não tem corpo político. Resta agora ver a possibilidade de os prejuízos causados por esta intempérie poderem ser ressarcidos, na medida do possível, a todos aqueles que, infelizmente, não tinham seguro e que, através das linhas de crédito e dos apoios que eventualmente possam vir a ser concedidos, minimizem todos esses estragos e prejuízos. " -----

José Pimenta: "A CDU junta-se a este voto de louvor. Solidarizamo-nos com todos aqueles que contribuíram para que Albufeira mais rapidamente voltasse à normalidade." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO QUINTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço,



Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO SEXTO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO SÉTIMO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DÉCIMO OITAVO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO NONO

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo Partido Socialista - "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde do Algarve; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros: -----

Francisco Oliveira: "Antes da leitura da moção quero fazer referência a alguns aspectos que são importantes para demonstrar que, infelizmente, estamos na situação em que estamos relativamente à saúde no Algarve. Dou como exemplo situações em que um cidadão que vá à urgência de um hospital público paga quinze euros, mas se for a um hospital privado paga quatro euros e noventa e nove. Se for a uma consulta num hospital público paga cinco euros, se for a uma consulta num hospital privado paga três euros e noventa e nove. É também demonstrativo da necessidade que tivemos de aprovar aqui o ponto sete, que foi a adenda ao protocolo de colaboração com a Administração Regional de Saúde do Algarve, ou seja, a necessidade de estender o protocolo, para que a Câmara Municipal tenha de suportar os custos de alojamento dos médicos sob pena de podermos não ter médicos no concelho de Albufeira. Apesar de a Câmara Municipal de Albufeira não ter qualquer competência no que diz respeito à saúde, temos obrigações relativamente a esta situação. Portanto, há que inverter estas questões porque, se para a saúde pública os contribuintes têm que pagar valores mais elevados, é natural que depois o Orçamento de Estado terá que suportar os valores às entidades privadas, com dinheiro público, e parece-me haver um contra-senso." -----

Geraldes Simões lê Moção. (Doc. n.º 5, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: "Dada a proatividade do documento em causa e também o carácter transversal dos poderes e da tutela, achamos pertinente, onde diz *dar conhecimento da presente moção*, acrescentar à proposta *todos os ministros do governo*." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato de prestação de serviços postais a crédito; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento do consumo de água, águas residuais e resíduos sólidos aos consumidores afetados pela intempérie de 1 de Novembro de 2015; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Quem são os beneficiários desta proposta de isenção?" -----



Presidente da Câmara: "São todos que façam prova que foram prejudicados pela intempérie." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de isenção da taxa para atribuição de uma nova licença de táxi; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Naturalmente que não temos nada a opor, mas há uma questão que gostava que fosse esclarecida. Para a atribuição de uma nova licença é necessário fazer um pagamento, presumo que seja isso. Sempre pensei que, o facto de o veículo não poder circular, ou eventualmente ser trocado, não implicaria o pagamento de uma nova taxa. Mas, pelos vistos, é isso que acontece e o que o senhor vem pedir é, face a esta circunstância, a emissão de uma nova licença para um novo veículo, que implicaria o pagamento de uma nova taxa." -----

Presidente da Assembleia: "O regulamento prevê que sempre que haja uma alteração de licença que haja cobrança de uma taxa." -----

Luís Afonso: "Obviamente que vou votar a favor mas só queria deixar aqui nota que esta taxa é pela emissão da licença, que em outros municípios é bem mais leve. Ou seja, há um averbamento, na licença que a pessoa tem, e esse averbamento é a substituição da matrícula do veículo. Esse averbamento custa, por exemplo em Portimão, trinta



euros, e aqui custa quinhentos euros. Há municípios, como é o caso de Paredes, pela atribuição de uma nova licença, ou pela transferência de licença de um proprietário para outro, essa licença inicial custa seiscentos euros, mas quando há uma substituição de um veículo custa também por volta de trinta euros. Esta taxa neste município faz com que, no caso de uma avaria, e suponha-se que demora uma semana, e na altura do verão há necessidade de os veículos estarem todos a trabalhar, alguns proprietários não substituem o veículo porque ao substituir esse veículo, por uma semana, custa mil euros. É quinhentos para o averbamento do carro de substituição e, quando o outro estiver devidamente reparado, são mais quinhentos para voltar a meter esse veículo em funcionamento. Acho que era de se equacionar fazer à semelhança de Paredes, em que a atribuição de uma nova licença seja um pouco mais elevada mas quando se substitui a licença do táxi, seja mais leve. O serviço camarário tem de emitir um documento, verificar se o carro preenche os requisitos e não é um serviço por aí além que justifique uma taxa tão elevada." -----

Francisco Oliveira: "Eu sempre fiquei com a ideia de que havia uma diferença entre alvará e licença. E sempre que a alguém era atribuída a possibilidade de poder ter um táxi lhe era atribuído um alvará e depois havia, efectivamente, os averbamentos, pela transferência, por haver a mudança de veículo. Por isso esta minha confusão relativamente a uma nova licença. Uma nova licença será um novo documento mas este senhor tem um alvará, tem a possibilidade de exercer esta actividade, e o que acontece aqui é a emissão de um novo documento para um veículo que, eventualmente, irá exercer a actividade para a qual ele já está licenciado. O que temos aqui são duas situações diferentes: há a emissão de um alvará que lhe concede a possibilidade de ele exercer a atividade e há, depois, os averbamentos, consoante ele altere o veículo. Era essa a questão que eu gostava de ver esclarecida." -----

Presidente da Assembleia: "Nós temos um regulamento sobre esta matéria. Não o tenho aqui presente e estamos a estipular um pouco o ponto em si porque estamos a tratar da isenção para este caso específico. Compreendo e partilho das observações que aqui foram feitas mas estamos a fugir ao ponto. Peço à Luísa que remeta a todos os membros da Assembleia uma cópia do regulamento de taxas e licenças de táxis e, depois, se houver o pedido, podemos agendar a discussão para uma próxima sessão." ---
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----



Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para execução da empreitada de reabilitação do moinho do Cerro do Malpique, engenho e envolvente exterior; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “É de louvar esta iniciativa e gostaria de lançar aqui uma ideia: a possibilidade se desenvolver um projeto de ser recuperada a cisterna que está no cerro oposto, por cima do forno de telha, que é uma cisterna que tem um eirado natural, de modo a recuperar água para a cisterna. Poderia constituir um ecomuseu, com o pão de um lado e a água do outro e integrar num possível circuito turístico.” ----

Presidente da Câmara: “Tomei nota. Penso que seja interessante. Esta parte dos moinhos é propriedade da Câmara e essa parte que refere é propriedade privada. Também há intenção, ao lado deste moinho há um outro que está muito mais danificado e também vai ser objeto de um estudo no sentido de ser feita intervenção no moinho em si, mas, enquanto este vai ser nos moldes tradicionais, esse outro seria já nos moldes mais modernos, no sentido do aproveitamento da energia eólica para fazer electricidade, ou seja, conseguirmos ter ali a mesma energia como era utilizada no passado e termos ao lado um outro moinho em que já é o aproveitamento da mesma fonte de energia, mas aí para criação de energia elétrica. Penso que ficamos com um parque educativo bastante interessante e será um ponto de atração turística.”-----

José Pimenta: “Sempre achei estranho porque aparecia nas Grandes Opções do Plano “Moinhos do Cerro Malpique” mas a resposta está dada: quer dizer que existiam dois



moinhos. Tenho falado com pessoas mais antigas e todas me dizem que só existe um moinho no Cerro Malpique mas afinal existem dois.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da realização da despesa com carácter plurianual do concurso público para fornecimento de duas viaturas pesadas de passageiros, uma viatura pesada de mercadorias e uma viatura pesada com equipamento de limpeza de fossas. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VIGÉSIMO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aluguer extraordinário de iluminação decorativa de Natal na baixa de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a admissão da proposta apresentada pela Câmara Municipal para apreciação e deliberação da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública com andaimes e tapumes para os locais afectados pela intempérie de dia um de Novembro, a qual foi aprovada por unanimidade; -----

PONTO VIGÉSIMO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública com andaimes e tapumes para os locais afectados pela intempérie de dia um de Novembro de dois mil e quinze; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de Novembro de 2015 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



CDU – Coligação Democrática Unitária PSD-PEV



É URGENTE A ABOLIÇÃO DAS PORTAGENS NA VIA DO INFANTE
08.12.2011 – 08.12.2015

Os prejuízos para o Algarve e para o País resultantes das portagens na Via do Infante, são muito superiores ao que seriam os custos desta Via sem portagens, no seu papel de serviço público financiado pelo Estado e que não pode ser substituído pelo trânsito na sobrecarregada EN125, mesmo que melhorada.

Em 8 de dezembro próximo, completam-se 4 anos da acumulação destes prejuízos para a região, economia em geral e em particular para o turismo, actividade básica na vida do Algarve.

O uso da EN125 como alternativa, provocou que, só em 2015, segundo os dados conhecidos até Outubro, foram registados 7943 acidentes, provocando 138 feridos graves e a perda de 32 vidas humanas, mais 27 do que nos dois anos anteriores.

Com os resultados do último acto eleitoral para a Assembleia da República, abrem-se novas perspectivas para resolver o problema das portagens na Via do Infante, dando solução à justa luta das populações e corresponder aos interesses sócio/económicos da região, tão profundamente afectados por estes 4 anos de portagens.

Faro 25 de Novembro de 2015

Os eleitos da CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

*Pontos 5 e 6**R*

Da análise feita aos documentos do Orçamento 2016 e das Grandes Opções do Plano 2016- 2019 a CDU faz as seguintes apreciações:

- 1)IMI dado a folga existente nas contas do Município o mesmo poderia ter sido aplicado na taxa mínima.
- 2)IRS - A taxa de participação variável do IRS em 0% não vai beneficiar as famílias mais carenciadas mas sim as que auferem rendimentos mais altos, esse montante poderia continuar a ser arrecadado pela Autarquia, em parte ou na totalidade, para ser aplicado em apoios sociais. Tais como: habitação social, bolsas de estudo, atribuição de livros escolares, e outros subsídios e apoios às IPSS's, etc.
- 3)A faturação da água é uma das mais caras do país e não existe justificação para essa sobrecarga aos bolsos dos munícipes já tão carregados de impostos e baixos salários, baixas reformas e a sazonalidade dos trabalhadores onde predomina o sector hoteleiro e a distribuição.
- 4)Delegação de mais competências para as Juntas de Freguesia e mais verbas para que as mesmas possam realizar algumas obras aliviando assim a carga ao Município, dado que o mesmo se refere que não tem capacidade de resposta. Tendo sido passado do ano de 2015 para anos posteriores reparação de diversas ruas e caminhos. Esta situação tornou-se ainda mais evidente devido à intempérie.
- 5)Os contratos de serviços a privados tais como: Serviço de recolha, limpeza e higiene, serviço de transportes urbanos (GIRD), serviços de alimentação nas escolas, limpeza das piscinas e campos de futebol, etc, sobe gestão da autarquia seriam melhor servidos e acautelados e com menos custos para o município.
- 6)Habitação social contemplada nas grandes opções do plano é em número insuficiente para as necessidades existentes. As famílias a viver no

bairro da FACEAL não têm habitação condigna e urge uma resolução para o problema.

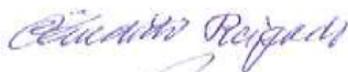
7)As sugestões, moções e recomendações da CDU de pouco ou nada serviram. Tais como a requalificação do Cerro de Malpique na rua António Aleixo, onde não existem bermas, o trânsito é caótico e boa parte da estrada a sul, está a abater. Muitas outras ruas para as quais a CDU chamou à atenção continuam na mesma. Houve ainda a recomendação para o encanamento do barranco de Valmangude, o qual o Sr. Presidente respondeu que já vinha fora do tempo porque estava a ser resolvido. O mesmo não se verifica, ainda nada foi feito.

A CDU concorreu às eleições com o lema Albufeira Para Todos.

Por todos os motivos atrás expostos a CDU votamos contra o Orçamento 2016 e as Grandes Opções do Plano 2016/2019.

Albufeira, 25 de Novembro de 2015

Os Eleitos da CDU






Declaração de Voto

Grupo VIVA

Assembleia Municipal Ordinária 25 Novembro 2015

P

Pontes S e G

Vemos com agrado o investimento ambicionado para o orçamento de 2016, mas face à fraca eficiência orçamental no ano de 2014 e no presente ano de 2015 não acreditamos face ao histórico, que o orçamento trazido hoje a esta digníssima Assembleia seja cumprido, cabe ao Executivo contrariar as expectativas do Grupo VIVA nesta Assembleia Municipal.

Falta de eficiência dos Serviços? Falta de Pessoal? São algumas perguntas que carecem de resposta da parte do executivo que tem o dever de cumprir o orçamento como as boas práticas de gestão autárquica ditam.

Consideramos que esta realidade não serve os interesses do município e dos albufeirenses, não estimula o crescimento económico, a melhoria da qualidade de vida e a satisfação das necessidades sentidas pelos munícipes.

Face ao exposto o Grupo VIVA decidiu abster-se nesta votação.

Albufeira, 25 Novembro 2015

Os Membros do Grupo VIVA na Assembleia Municipal:

Serácia Moniz Rodrigues

Mano Gaspar

Joaquim Fernandes



PROPOSTA DE ADOÇÃO - PSD

16. Apreciação e deliberação da moção apresentada pelo PSD, sobre um voto de louvor à Câmara Municipal de Albufeira, Junta de freguesia de Albufeira e Orlas de Água e funcionários da Câmara Municipal de Albufeira e da Junta de freguesia de Albufeira e Orlas de Água. (a acrescentar)

[Handwritten signatures and initials]

[Illegible handwritten text]



Em defesa do Serviço Nacional de Saúde no Algarve

- Defender a acessibilidade aos cuidados hospitalares e cuidados primários de saúde.

Nas últimas décadas, o setor da Saúde conheceu, em Portugal, ganhos notáveis, em termos de qualidade e de competitividade e construiu um sistema de saúde de elevada qualidade, com excelentes profissionais, modernamente equipado e com acréscimos na acessibilidade e na equidade dos serviços, o que nos permitiu atingir um nível assinalável nos indicadores de saúde.

É reconhecido que o estado de saúde da população obteve melhorias consistentes e sustentadas, determinantes da evolução positiva dos vários determinantes da saúde e da capacidade de investimento nesta área.

Lastimavelmente, os últimos 4 anos foram altamente penalizadores para a saúde na Região do Algarve. Apesar dos sucessivos alertas e chamadas de atenção dos profissionais, dos Sindicatos e das Ordens, dos Autarcas e dos Deputados à AR, da sociedade civil e dos partidos políticos, os responsáveis nacionais e regionais permitiram, impávidos e serenos, a degradação nunca vista do SNS no Algarve e empurraram os cidadãos para o sector privado.

Aliás, é manchete de imprensa que a falta de cuidados de saúde no sector público empurra os cidadãos para os serviços do sector privado.

Vivemos uma situação nos serviços do SNS do Algarve, inimaginável, falta tudo, materiais de consumo clínico, medicamentos, recursos humanos, organização, mas e sobretudo falta de motivação, de liderança e de humildade em ouvir os cidadãos e os profissionais de saúde.

Exemplo bem evidente é o Centro hospitalar do Algarve, EPE, cuja fundamentação da sua constituição residiu nas pretensas eficiência económica e qualidade da prestação de cuidados de saúde aos utentes, em particular, nas áreas de especialidade médica deficitárias. Ora tal não se verificou, antes pelo contrário.

Desde a sua criação, o Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E. tem revelado manifesta inadequação na disponibilidade e acessibilidade dos serviços médicos existentes face



às reais necessidades sentidas na região, as quais acresceram perante o aumento populacional verificado na última década (+15%).

Por outro lado, os sucessivos cortes orçamentais a que a área da saúde foi sujeita a partir de 2011, com uma preocupação exacerbada com os custos relegando para segundo plano o bem-estar das populações e a acessibilidade dos cuidados de saúde prestados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, a incapacidade da administração do Centro Hospitalar do Algarve em concretizar um processo de integração consistente entre as anteriores unidades hospitalares (Hospital de Faro, Hospital do Barlavento Algarvio e Hospital de Lagos), suscitaram problemas na gestão dos recursos humanos, técnicos e tecnológicos existentes, gerando um clima de medo e pressão sobre os profissionais de saúde - factos que contribuíram para a degradação da prestação dos cuidados de saúde a nível hospitalar na região.

Esta situação de emergência do Centro Hospitalar do Algarve, conforme a Ordem dos Médicos e as estruturas representativas dos enfermeiros têm vindo sucessivamente a alertar nos últimos anos, conduziu a severas dificuldades nos serviços de Ortopedia, Obstetrícia/Ginecologia, Pediatria e Anestesia, em Faro e Portimão e Cirurgia Geral em Faro. A título de exemplo refira-se a redução abrupta das horas de cirurgia do serviço de Ortopedia do Hospital de Faro em virtude da insuficiência de profissionais médicos, o que poderá colocar em causa a idoneidade formativa deste serviço, a perda, ainda em 2013, da idoneidade formativa do serviço de cirurgia geral do Hospital de Faro, a falta de médicos especializados nos serviços de Obstetrícia/Ginecologia e Pediatria do Hospital de Portimão, colocando em causa o funcionamento dos serviços existentes neste hospital.

Aliás, é do conhecimento público o número elevado de médicos especialistas que têm solicitado a reforma, passado para o sector privado, ou mesmo emigrado, em função das péssimas condições de trabalho que lhes são facultadas e que os impossibilita de prestar os cuidados de saúde com um mínimo de dignidade.

Estes factos põem em causa o acesso aos cuidados de saúde pela população algarvia e dos que visitam a região, violando o seu direito constitucional à proteção da saúde.



No concelho de Albufeira, só na sede, há 11219 utentes sem médico da família, o que significa que faltam pelo menos 7 médicos.

O ACES Central (Agrupamento de ^{Centros} ~~Campos~~ de Saúde) a que pertence o Centro de Saúde de Albufeira não tem Presidente nem Director Clínico há meses, o que tem contribuído para uma degradação evidente da prestação de cuidados de saúde à população do concelho.

A título de exemplo, dir-se-á, para além de tantas outros, que até os boletins de vacina para os utentes acabaram, denotando assim o manifesto ostracismo a que os serviços centrais, e os seus responsáveis, votaram os cuidados de saúde mais básicos, que são infelizmente orientados por uma política meramente economicista.

Urge encarar a realidade e dar ouvidos aos que defendem o Serviço Nacional de Saúde na região, a favor da economia regional e da população do Algarve!

Para além do mais, sendo o Algarve um destino turístico por natureza e, em particular, o concelho de Albufeira, é fundamental que os cuidados de saúde sejam assegurados a todos os que nos visitam, uma vez que esta é uma componente importante dos serviços a prestar a todos os turistas, elevando, assim, o nível das condições oferecidas, permitindo atingir o turismo de qualidade de que tanto se fala.

Nesse sentido, porque todos os cidadãos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, os membros da Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em sessão ordinária de dia 25 de Novembro de 2015, deliberam exigir ao governo o seguinte:

- a. Avaliar a implementação do modelo de gestão hospitalar do Algarve, com especial incidência no balanço sobre o acesso e qualidade dos cuidados de saúde prestados nos três hospitais da região;
- b. Garantir o funcionamento de todas as valências e serviços de especialidades existentes no Hospital do Barlavento Algarvio;
- c. Garantir os recursos humanos médicos necessários nas especialidades dos serviços de ortopedia, anestesia, pediatria e ginecologia/obstetrícia no Hospital de Faro e Portimão;



d. Assegurar, em geral, os meios técnicos, tecnológicos e humanos adequados a garantir a equidade e a acessibilidade aos cuidados de saúde no Algarve, em conformidade, nomeadamente com Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do SNS;

e. Dotar o concelho de Albufeira, nomeadamente o Centro da Saúde de Albufeira, com os meios humanos, técnicos e equipamento necessários à prestação dos cuidados médicos básicos à população do concelho e a todos aqueles que nos visitam.

Os membros da Assembleia Municipal deliberam ainda, dar conhecimento da presente Moção a:

- a. Presidente da República,
- b. Primeiro-ministro,
- c. Assembleia da República e em particular aos deputados eleitos pelo Algarve,
- d. À Administração Central do Sistema de Saúde, IP,
- e. Associação Nacional dos Municípios Portugueses,
- f. Comunidade Intermunicipal do Algarve,
- g. A Câmara Municipal,
- h. Órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais.

Albufeira, 18 de Novembro de 2015

Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira

